



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2803

Presidente da Mesa Diretora: José Nardel Alves de Almeida

Espécie: Veto

Categoria: Mantidos, aprovados

Autoria: Executivo Municipal

Data: 28/07/1984

Descrição Sumária: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 27/84 (MANTIDO). Regulamenta o Serviço de Transporte Coletivo Urbano no Município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 01

Posição: 01

Número de folhas: 07

Espécie: Veto

Categoria: Mantido

cl: 01

ordem: 01

nº fls: 05

Câmara Municipal de Montes Claros

VETO

Autor: **Prefeito Municipal**

Assunto:-

Veto a dispositivos do projeto-lei que regulamenta o Serviço de Transporte Coletivo Urbano nesta cidade.

Caixa 043

MOVIMENTO

- 1 **Recebido em 28.07.84**
- 2 **A Comissão Especial em 28.07.84**
- 3 *Vista ao Verador José Maria - 04.08.84*
- 4 *SUBRESTADO EM 11.08.84.*
- 5 *MANTIDO EM SUA TOTALIDADE - 25.08.84*
- 6 *Comunicação ao Prefeito em 27.08.84*
- 7 *Deixar-se -*
- 8
- 9
- 10



Comissão: Cely - Honorato - Amorim.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em, 06 de julho de 1984.

Of. N.º : 2607/84

Assunto: Mensagem

Serviço: Secretaria de Governo.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Recebemos, para sanção, com emendas, o Projeto que regulamenta o Serviço de Transportes Coletivos de Montes Claros. Devolvêmo-lo a essa Egrégia Câmara, acatando algumas emendas e vetando outras, de acordo com o Parágrafo 1º do artigo 62, da Lei Complementar nº 03, de 28 de dezembro de 1.982, como adiante se ressaltará.

É do conhecimento de V. Exa. e de seus ilustres pares que, ao assumirmos o governo deste município, propuzemo-nos a entregar ao povo normas que pudessem disciplinar e racionalizar o sistema de Transportes Coletivos. Graças ao esforço conjunto de nossos colaboradores e ao anseio dos senhores vereadores, que conosco comungam os mesmos ideais, atingimos o objetivo planejado. No entanto, embora compreendendo o alto espírito público dos dignos senhores vereadores que apresentaram emendas ao Projeto original, somos forçados a vetar algumas, admitindo outras, para se evitarem maiores prejuízos para a Comunidade. Resolvemos, pois, vetar as seguintes emendas:

Art. 51 - "in fine" - "bem assim, com os seus canos de escapamento voltados para cima, de forma que a saída dos gases fique colocada à altura do teto do veículo".

JUSTIFICATIVA: O veto se justifica, porque, se aceitássemos a emenda, estaríamos expondo os usuários a grave risco. Após certo tempo de operação, os canos de descarga expostos atingem elevada temperatura, que poderá causar sérias queimaduras aos transeuntes. Além do mais, as fábricas não mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em, de

de 19

Of. N.º

Assunto

Serviço

Fls. II

fabricam ônibus deste tipo e as cidades que os adotaram os excluíram de suas frotas.

Art. 83 - Vetam-se os acréscimos: "as professoras municipais, quando em serviço, os paraplégicos e os idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, estes, quando, comprovadamente, carentes".

PARÁGRAFO ÚNICO - O benefício de que trata este artigo fica igualmente concedido aos estudantes, comprovadamente, carentes e às lavadeiras".

JUSTIFICATIVA: As emendas, embora contenham benefícios substanciais a algumas classes de usuários, não podem ser admitidas. Com efeito, se perdurar a gratuidade, como desejado, as passagens, necessariamente, deverão ser majoradas, porque aqueles que pagam pagarão mais, pelos que recebem o benefício. O valor da passagem que deixa de ser paga será repassada aos demais, onerando substancialmente o usuário. A experiência nos ensina, como é a situação das cidades de Campinas-SP., Uberlândia-MG., Natal-RN., Manaus-AM., e Terezina-PI., aonde as tarifas foram majoradas, em razão da concessão de gratuidade a determinadas classes, que a isenção pretendida é inviável. Em outros casos, em que as passagens não sofreram aumentos, a Prefeitura foi obrigada a compensar a gratuidade concedida. Acresça-se, ainda, a acentuada queda nas receitas das Empresas Concessionárias, em virtude do desequilíbrio econômico-financeiro que se lhes impõe. O veto, além de jurídico, contém características, eminentemente, sociais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em, de

de 19

Of. N.º

Assunto

Serviço

Fls. III

Senhor Presidente, esperamos que V. Exa. e seus dignos pares compreendam que os vetos apostos às emendas apresentadas sejam admitidos, por serem considerados de alta relevância, para o aprimoramento dos serviços de transportes coletivos, que ora se implantam.

Guardamos dessa augusta Casa os mais profundos sentimentos de lealdade, no sentido de que, participando de nosso governo, juntos, possamos melhor servir ao nosso povo.

Ao ensejo, manifestamos a V. Exa. e aos dignos senhores vereadores os protestos de elevada estima e de distinta consideração.

Cordialmente,

LUIZ TADEU LEITE

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

José Nardel Alves de Almeida

D.D. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

N E S T A

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE ESPECIAL
 EM 28 DE agosto DE 1984
Francisco
 PRESIDENTE

Analisando o voto
 de Sr. Prefeito, Sr. Diry
 Todenlente, junta-
 mente com seus
 justificativos, sou
 favorável pelo mes-
 mo motivo 2/8/84
 Honorário

Qualificando justificação
 do Sr. Diry, sou favorável
 o voto as razões apresentadas.
 P. M. da Silva.
 3-8-84

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM unânime DISCURSSÃO POR
maioria
 EM 25 DE agosto DE 1984
Francisco
 PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

Fls. XVII

da concessão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único - Extinta a concessão, serão devolvidas as importâncias recebidas a título de caução, descontados multas e quaisquer débitos, porventura devidos pela concessionária.

Art. 50 - Nos casos enumerados nos artigos 45 e 48, o contrato de concessão será considerado rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à concessionária qualquer direito de reclamação e/ou indenização.

Parágrafo único - Nestes casos, a concessionária perderá, a favor da Prefeitura, a caução, além de responder pelas perdas e danos que resultarem da inexecução do contrato de concessão.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DOS VEÍCULOS

Art. 51 - Somente deverão ser empregados nos serviços de transportes coletivos municipais, veículos-ônibus de fabricação nacional, especialmente construídos para o transporte urbano, dotados de roleta e de duas portas, (bem assim com os seus canos de escapamento voltados para cima, de forma que a saída dos gases fique colocada à altura do teto do veículo.)

Art. 52 - Os veículos a serem utilizados no transporte coletivo deverão ser licenciados pela Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 53 - Os veículos em operação deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, conservação e asseio,



Câmara Municipal de Montes Claros

Fls. XXVIII

posterior.

Parágrafo Único - No cálculo das tarifas, levar-se-ão em conta os valores atuais e as previsões de reajustes, relativos a :

- a) combustíveis;
- b) lubrificantes;
- c) rodagem ;
- d) peças ;
- e) depreciações ;
- f) remuneração de capital - veículo ;
- g) instalações e equipamentos ;
- h) almoxarifado ;
- i) taxas e tributos ;
- j) despesas gerais ;
- k) pessoal de administração ;
- l) pessoal de operação e manutenção.

Art. 83 - Além dos casos previstos na Legislação Federal, terão passagem livre nos ônibus, mediante apresentação de credencial expedida pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, os funcionários municipais incumbidos da fiscalização do serviço, (as professoras municipais quando em serviço, os paraplégi-
cos e os idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, estes quando comprovadamente carentes.)

(Parágrafo Único - O benefício de que trata este artigo fica igualmente concedido aos estudantes comprovadamente carentes e às lavadeiras.)

Art. 84 - As crianças, até 05 (cinco) anos de idade, poderão viajar gratuitamente, sem ocuparem os lugares destinados aos demais passageiros.